

Os Sentidos da Urbanização: Produção do Espaço de Bairros de Trabalhadores em Cidades do Estado de São Paulo

The Meanings of Urbanization: Spatial Production of Labor Neighborhoods in the Cities of São Paulo State, Brazil

Cássio Arruda Boechatⁱ

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Daniel Manzione Giavarottiⁱⁱ

Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil

Resumo: Este artigo apresenta uma proposta de interpretação do processo histórico de constituição de bairros de trabalhadores em cidades do estado de São Paulo até seu momento atual. Primeiramente tomamos como ponto de partida o sistema de colono implementado na cafeicultura e a produção do espaço articulada à expansão das fazendas, bem como a constituição de núcleos coloniais na província de São Paulo, como momentos contraditórios de sua metropolização. Num segundo momento discutimos a paulatina identificação produzida entre as periferias das cidades do interior com as periferias da metrópole paulistana, a partir da dissolução do sistema de colono e da tendência à homogeneização das relações de produção dos capitais urbano-industriais e aquelas do complexo agroindustrial. Por fim, sugerimos a relativa semelhança nas condições de reprodução dos trabalhadores moradores das periferias de São Paulo e das cidades do interior a partir de uma ponderação sobre a crise do trabalho e a urbanização crítica.

Palavras-chave: Bairros de Trabalhadores, Cidades do Agronegócio, Produção do Espaço, Metropolização, Crise do Trabalho.

Abstract: This paper presents a proposal for the interpretation of the historical process of the constitution of neighborhoods for laborers in the Brazilian state of Sao Paulo up to the present moment. First we start with an analysis of the labor system of the *colono* used in coffee cropping and the production of space articulated to estate expansion as well as the formation of colonial nuclei within the province of Sao Paulo. These

ⁱ Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), sob supervisão do Prof. Dr. Sérgio Pereira Leite.

ⁱⁱ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da FFLCH/USP, sob supervisão do Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann. Bolsista da FAPESP.

processes are understood as contradictory moments towards metropolitanization of the capital. In the second part, we discuss the gradual opposition that arose between the peripheries of cities in the interior to those in the metropolis, resulting from the dissolution of the *colonato* system and the tendency toward a sort of homogenization of social relations of production both in urban and agricultural industries. We finally suggest a relative similarity between the conditions of social reproductions of inhabitants in the peripheries of cities in the state of Sao Paulo from the point of view of labor crisis and critical urbanization.

Keywords: Labor Neighborhoods; Agribusiness Cities; Spatial Production; Metropolitanization; Labor Crisis.

Objetivo e Metodologia

O artigo ora apresentado dedica-se a repensar a produção do espaço de bairros de trabalhadores em cidades do estado de São Paulo, por meio do cotejamento entre a forma particular adquirida por esta na cidade de São Paulo em metropolização e aquela referida a cidades do interior paulista. Tal esforço coaduna-se a uma reinterpretação da importância que tanto a reprodução e crise do sistema de colonato na produção cafeeira no Oeste Paulista como a constituição de núcleos coloniais nos arredores da cidade de São Paulo adquiriram como momentos necessários ao processo de territorialização do capital, portanto de autonomização das categorias de terra, trabalho e capital, seja na metrópole de São Paulo, seja na constituição das cidades locais e médias no interior do Estado. Isto é, a importância de tal abordagem residiria na possibilidade de incluir as assim chamadas relações não tipicamente capitalistas de produção num arco mais amplo de territorialização do capital e autonomização de suas categorias, culminando na formação do Estado e na urbanização da sociedade brasileira. Nesse sentido, o artigo apresentado é explicitamente uma revisão crítica de certas interpretações do sistema de colonato, assim como do subúrbio nos arredores da cidade de São Paulo. Trata-se, portanto, de uma pesquisa bibliográfica comparada, decorrente de pesquisas analíticas de dados e de informações feitas anteriormente pelos autores.

Formação de Cidades na Expansão Cafeeira

De um modo geral, pode-se caracterizar o processo de constituição de grande parte das cidades locais e médias do interior paulista como tributário das relações próprias da expansão da cafeicultura.

Organizado em torno do patrimônio doado aos bispados da Igreja Católica, o núcleo de povoamento modificava-se rapidamente com a instalação de uma infraestrutura (ou sistema de objetos) decisiva para a ligação das fazendas produtoras com o mercado mundial, como pode ser comprovado no processo de mecanização do território (SANTOS, 2008) consubstanciado na expansão das companhias ferroviárias, a ponto de Monbeig concluir sua tese identificando no Oeste Paulista antes a formação de “regiões ferroviárias do que econômicas” (MONBEIG, 1998). A ferrovia, no entanto, possibilitava

a expansão das lavouras e a mobilidade do capital¹ e do trabalho, fomentando o crescimento de algumas cidades e decretando o fim ou a decadência daquelas mais distantes das suas estações.

Concorriam ainda para tal expansão e, portanto, para a constituição destas cidades o movimento do povoamento de fins do século XIX até a década de 1940 (MONBEIG, 1998), assim como o processo de legalização das posses, permitidas pela constituição de tais patrimônios, transformadas a partir disso, em propriedades privadas, algo que procuramos dar conta analisando o caso de Olímpia/SP (BOECHAT, 2009) e de Limeira e Bebedouro/SP (BOECHAT, 2013). Povoamento, constituição da propriedade privada da terra e mecanização do território consubstanciavam um processo de territorialização dos pressupostos da fazenda cafeeira, ou o que seria o mesmo, da formação de uma *região do colonato*, compreendida por nós a partir das sugestões de Oliveira ([1977] 2008), como a territorialização de relações sociais de produção e de relações particulares de poder do estado em formação.

Dizemos particulares aqui uma vez que essas fazendas eram mais do que meras unidades produtoras de café, sendo também local de moradia de trabalhadores e de muitos daqueles proprietários que não se instalaram nas cidades do interior e na capital. Ademais, segundo a fórmula como se organizou o trabalho no sistema do colonato, parte das mesmas fazendas se destinava às plantações e criações dos próprios trabalhadores (MARTINS, 2000). A cessão parcial dos meios de produção complicava, portanto, a caracterização do colono como simples assalariado, ao mesmo tempo em que tornava a fazenda uma unidade contraditória (FRANCO, 1984). Em outras palavras, o colono não era um simples assalariado pois não se encontrava completamente expropriado da terra, como resposta às condições possíveis de territorialização do capital naquele contexto histórico particular. Realizamos (BOECHAT, 2013) essa discussão, demonstrando que a contradição do colonato se expressava espacialmente na contraditória constituição espacial da própria fazenda.

Entendemos, ainda, o processo de expansão da cafeicultura para o Oeste Paulista como embasado num projeto de modernização que articulou a legislação fundiária com uma política de incentivo à imigração em massa, possibilitando o questionamento efetivo da colonização até então ancorada no escravismo. Este projeto foi denominado de “colonização sistemática” pelo seu teórico, o economista inglês E. G. Wakefield, e visava equacionar a possibilidade de acumulação de capital no contexto de abundância de terras “livres” a potencialmente “desviar” os trabalhadores do trabalho para o capital, levando-os a ocupar meios de produção para si mesmos.² O colonato aparecia, assim, como aplicação particularizada desse projeto, no qual o acesso aos meios de produção no interior das fazendas mediava o trabalho do colono também no cafezal. Entretanto, por mais que ali se produzisse parte dos meios de vida de quem nela residisse, a fazenda seguia dependendo do suprimento de mercadorias complementares pelo comércio instalado nas cidades próximas, não sendo efetivamente uma unidade autônoma do mercado em geral. Igualmente, por outro lado, sua produção seguia sendo encaminhada para o beneficiamento e a comercialização que se davam, principalmente, nessas cidades locais. Essas cidades, por sua vez, articulavam-se à capital pelas linhas de ferro e rotas de tropas, ao passo que as ligações de São Paulo com o

mercado mundial se davam preferencialmente pelo porto de Santos, numa rede urbana gradativamente complexificada. A *colonização sistemática* conduzia, portanto, uma paralela urbanização.

Ou seja, a particularidade desse processo de territorialização dos pressupostos da fazenda cafeeira residiu precisamente em sua relativa distinção para com as relações de produção tipicamente capitalistas, donde as figuras do colono e do coronel seriam suas personificações contraditórias. Tal particularidade, no entanto, também se manifestaria residualmente no entorno da cidade de São Paulo em incipiente metropolização, consubstanciando o lado obscurecido da política de colonização sistemática, porque derrotado na Constituinte de 1823. Falamos aqui do processo de povoamento de São Paulo promovido por meio da formação, no ano de 1877, de quatro núcleos coloniais nos arredores da capital da província: Glória, Santana, São Bernardo e São Caetano (cf. LANGENBUCH, 1971), que neste momento se diferenciarão dos desígnios da imigração promovida para as fazendas de café. Em outras palavras, tal processo será simultâneo à mobilização para o trabalho nas fazendas de café em expansão no Oeste Paulista, não obstante constituírem-se por condições distintas daquelas do sistema de colonato.

O acesso à terra promovido por meio da formação dos núcleos coloniais encerrava a finalidade de povoar e garantir a “produção agrícola nos arredores paulistanos” (LANGENBUCH, 1971). Se, por um lado, o sistema de colonato tinha como desígnio algo como uma fixação do colono na terra, desviando-o da possibilidade de acumular para si, mas para o capital, os núcleos coloniais pareciam se realizar como o seu contrário, uma vez que as condições de implantação dos núcleos pareciam se fiar justamente na possibilidade de que seus colonos pudessem acumular para si próprios. Ainda que as descrições produzidas por Raffard e analisadas por Langenbuch (1971) nos sugiram não ter sido propriamente a produção agrícola o central da reprodução destes colonos. Pelo contrário, a fixação desses imigrantes nos arredores paulistanos parece funcionar mais propriamente como o fechamento de uma fronteira diante do incremento populacional da cidade de São Paulo promovido pela colonização sistemática e pelo sistema de colonato, uma vez que em 1900 a população da capital chegava ao número absoluto de 239.820 habitantes. Tal lado obscurecido pela proeminência dada à produção de café no Oeste Paulista organizará, contraditoriamente, uma parte do processo de urbanização e metropolização da cidade de São Paulo, como apresentaremos mais à frente.

Nesse sentido, a expansão da cafeicultura e do sistema de colonato no Oeste Paulista não somente conduzirá a um evidente processo de constituição das cidades do interior de São Paulo, mas contribuirá simultaneamente para a formação de alguns dos pressupostos da metropolização paulistana, por meio do fechamento da fronteira urbana. O processo de dissolução, seja do sistema de colonato, seja do subúrbio, apesar de não simultâneo, concorrerá para a tendente homogeneização da experiência urbana, não somente de São Paulo como também destas cidades que podem ser qualificadas como “corporativas” (SANTOS, 2008c; ELIAS, 2003; ELIAS, 2007) ou mesmo como “cidades do agronegócio” (ELIAS, 2007). Tal processo de homogeneização será subjacente à autonomização das categorias de terra, trabalho e capital.

Crise e Modernização na Transformação da Expansão Cafeeira e da Urbanização

As crises de superprodução da cafeicultura como um todo se reiteravam desde princípios do século XX, ganhando proporções agigantadas a partir de 1929. As respostas econômicas a essas crises, materializando um processo de diversificação da produção em direção a certa policultura, passariam a testar tanto a incorporação da pecuária e de outras produções agrícolas (entre elas, principalmente: cana, laranja e algodão) às fazendas cafeeiras quanto a crescente possibilidade do parcelamento das grandes propriedades (ver PRADO Jr., 1935; MONBEIG, 1957; MILLIET, 1982). Politicamente em vigor desde 1905, o controle das plantações e de estoques se radicalizaria a partir de 1933, culminando na queima deliberada de estoques (FURTADO, 2000) e, posteriormente, em programas de erradicação de cafezais (STOLCKE, 1986).

Paralelamente, as redes de relações que comandavam a urbanização no território paulista faziam com que São Paulo fosse paulatinamente se metropolizando, e as relações com a expansão e as crises da cafeicultura nem sempre foram ressaltadas como sendo de complementaridade.

Tais crises foram, ainda que de maneira instável, promovendo a migração para a cidade de São Paulo de antigos colonos que podiam ser incorporados ao assalariamento em pequenas indústrias conectadas ao complexo cafeeiro que encontravam-se territorializadas ali (FURTADO, 2000; MELLO, 2009). Apesar de minoritários, havia ainda aqueles que, chegados na cidade de São Paulo, deslocavam-se em direção aos núcleos de povoamento antigo (cf. SEABRA, 2003), como Freguesia do Ó, Pinheiros, Santo Amaro, Penha e Limão, buscando formas de reprodução não completamente autonomizadas, aquilo que Seabra chamou de uma “luta contra a proletarianização [...] por dispor de meios de vida” (2003, p. 180).

Esse movimento em direção a esses bairros, somado aos desdobramentos da ocupação de terra promovido pelos antigos colonos que nessas áreas rurais se territorializaram, deu origem a leituras dualistas³ que opunham a modernidade do centro de São Paulo, em processo de industrialização, ao “arcaísmo” do modo de vida rústico e rural que aí se estruturava. Dualismo que, em outra escala, organizava a interpretação produzida acerca da relação entre a metrópole de São Paulo em formação contraposta às pequenas e médias cidades do interior, de modo que o desenvolvimentismo (sobretudo a partir do pós-guerra) apontaria seguidamente o “atraso” destas em relação à modernidade materializada naquela.

É de se lembrar, todavia, que a década de 1930 foi marcada por uma recessão também em escala mundial. A ruptura com parte dos fundamentos do complexo cafeeiro se dava, pois, em meio à crise, como movimento de mudança local relacionado a transformações num nível geral da sociedade mundial produtora de mercadorias (KURZ, 2000). Tais fazendas, como dissemos, diante dos problemas econômicos e da busca por outros rendimentos, substituíam parte dos seus cafezais por outras plantações ou por pastagens, ou vendiam parte de suas terras para sitiantes.

Neste contexto, o loteamento de propriedades rurais para a expansão das cidades podia representar um “retorno” econômico extraordinário face às dificuldades da agro-

pecuária em crise. Processos semelhantes facilmente podem ser encontrados para o entorno da cidade de São Paulo. Em ritmo menos avassalador, porém, também em cidades locais e médias do interior paulista, a possibilidade do loteamento urbano se colocava para os proprietários fundiários de terras aos seus arredores. Crise e especulação certamente andaram juntas no crescimento das cidades neste período.

O desenvolvimentismo, que positivava a modernidade da metrópole em processo de industrialização, embasaria todavia uma ideologia de modernização também da agricultura. A passagem da “colonização sistemática” à era da assim chamada Revolução Verde indicaria um processo de industrialização das relações sociais de produção no campo, que se iniciava com a importação de tratores e insumos tidos por modernos. Enquanto essa importação representava uma mitigação da crise de superprodução de economias recém-egressas do pleno emprego promovido pelo conflito mundial (HARVEY, 2005), possibilitava também uma expansão intensiva da produção agrícola e uma mudança do esquema de expansão extensiva até então vigente.⁴

Do ponto de vista das fazendas, o uso de maquinário e de insumos permitia transformar as condições de uso de solos antes inadequados para o cultivo do café. A entrada de outros cultivos rentáveis pressionava para a reincorporação de terras cedidas para os trabalhadores.⁵ Máquinas tornavam relativamente menos “necessários” trabalhadores e a existência de um mercado de trabalho alocado nas cidades⁶ fazia deixar de ser prioridade a manutenção de trabalhadores morando no interior das unidades produtivas, sobretudo com as maiores facilidades de transportes e a redução dos salários (ver STOLCKE, 1986; GRAZIANO DA SILVA, 1981). Rompia-se, assim, a unidade contraditória da fazenda, que passaria a se especializar apenas como *local de produção*, “expulsando” gradativamente de seu interior as condições de reprodução do trabalhador.

Foi nestas condições que se generalizaram as turmas de trabalhadores boias-frias, logo coordenadas por turmeiros, que descontavam parte dos ganhos de seus subordinados, agenciados nos bairros periféricos das cidades e levados em ônibus até os pomares (ver BRANT, 1976; BAPTISTELLA, 1998). Não tardaria para um mesmo esquema mobilizar trabalhadores em outros estados para o trabalho no agronegócio paulista.

O crescente desmonte do sistema de colonato também promoverá um novo impulso de incremento populacional à cidade de São Paulo e a paulatina transformação daquelas relações de produção que fundamentavam o modo de vida presente nos núcleos de povoamento antigos em terras urbanas. A pressão sobre o uso da terra promovida pelas migrações internas em direção a São Paulo, que incluíam não somente antigos colonos das fazendas de café, mas tantos outros “libertos” das outras relações de produção regionais que compunham o “arquipélago” discutido por Oliveira (2008), promoverá em território paulistano a tão exaustivamente discutida formação das periferias.

Os “corpos” expropriados dessas regiões e mobilizados também pelos discursos de modernidade e desenvolvimentismo encontrarão uma vasta extensão de terra existente nos arredores de São Paulo, devidamente territorializadas pelas diversas dinâmicas de “povoamento” aí ocorridas. Territorialidades que serão modificadas à medida que o in-

cremento populacional personificará uma demanda por terra, satisfeita pelo parcelamento dessas terras ainda rurais que definitivamente tornar-se-ão urbanas.

Em escala diversa daqueles fazendeiros que, ao lotearem suas terras devido às crises que varriam a cafeicultura, favoreceram o processo de territorialização da reprodução dos antigos colonos que permaneceram nas cidades onde já trabalhavam, em São Paulo o fechamento da fronteira promovido por ex-colonos e imigrantes que buscaram “escapar à proletarização” no campo se desdobrará num incipiente mercado de terras destinado à formação das periferias de São Paulo.⁷ Processo este que reiterará uma leitura dualista, na medida em que a transformação destas territorialidades por esses trabalhadores urbanos assalariados da “modernização retardatária” (KURZ, 1993) nacional, será movida por práticas de autoconstrução de suas moradias, lidas sob a lente do “não tipicamente capitalista” (cf. OLIVEIRA, 2003), justificada pela ausência do assalariamento e a presença de algo como uma autoprodução do espaço, não alienada.⁸

Paralelamente, o sistema de financiamento e de incentivo governamental que fomentava a utilização de maquinários e insumos nas fazendas facilitava a instalação de indústrias processadoras das mercadorias agropecuárias. A industrialização a montante e a jusante da produção agropecuária se mostrava como uma nova integração entre agricultura e indústria, conformando o que alguns autores teorizaram como um *complexo agroindustrial* (ver GRAZIANO DA SILVA, 1981; DELGADO, 1985; PAULILLO, 2006).

Tem-se, também por este processo, a constituição do “meio técnico-científico-informacional”, dotando o território de maior fluidez e mecanizando o espaço de maneira que a informação passa a ser variável indispensável na reprodução social. Nele, as cidades adquiriram novos “sistemas de objetos”, para retomar a terminologia de Santos (2002, 2008a, 2008c), culminando numa integração que também pode ser concebida como uma produção de um espaço (ELIAS, 2007) no qual a reprodução ampliada dos capitais aplicados na produção de mercadorias agroindustriais e propriamente industriais, se pensarmos no processo de industrialização paulistano, determina a refuncionalização das cidades. A ponto de poderem ser concebidas, no primeiro caso, como “cidades corporativas” (SANTOS, 2008a; ELIAS, 2003) e no segundo como metrópole. Diante deste contexto, indicamos a conformação de novas relações campo-cidade.

Loteamentos Urbanos derivados da Dissolução do Colonato: a Urbanização na Modernização Crítica da Agricultura dos anos 1970 e 1980

Com o processo de modernização recuperado, a cidade, incluindo as pequenas e médias do interior paulista, aparecerá gradativamente mais como o local da infraestrutura, dos bens e dos serviços necessários a esta transformação da forma de se produzir mercadorias.

Além de centralizar a circulação da mercadoria agrícola, a cidade do interior será onde se concentrará o comércio de maquinários e insumos essenciais para a nova agricultura e suas demandas. Será também o local privilegiado dos bancos que farão a mediação do financiamento dessa modernização e de órgãos estatais de controle, pesquisa e supervisão. Será, ainda, onde se organizará o mercado de trabalho de trabalhadores

rurais, agrônomos e técnicos mobilizados para o seu consumo produtivo nas fazendas e sítios. Será, por fim, onde se localizarão as indústrias processadoras dos complexos agroindustriais, modificando as matérias-primas em mercadorias industrializadas ou semi-industrializadas para o mercado interno ou para a sua exportação. Dito de outro modo, as cidades pequenas e médias, à medida que paulatinamente vão internalizando a relação-capital, como fundamento da autonomização entre terra, trabalho e capital, encerram um processo de espelhamento da metrópole, ainda que a relativa especialização produtiva à qual as cidades do interior encontram-se conectadas produza diferenças extraordinárias para com a morfologia da metrópole.

Enquanto a paisagem urbana da metrópole parece articular um “mar de prédios” à sucessão interminável de “laje e bloco” de suas periferias, como sintetiza Seabra (2004a), fazendo-se perder a conexão imediata com a topologia, a hidrografia e a vegetação onde inicialmente a cidade se situou (ver MONBEIG, 1957), as cidades do agronegócio aparecem, em geral, com uma paisagem contraposta em que o centro antigo e os bairros residenciais mais recentes, por mais que se diferenciem quanto às suas construções, estão corriqueiramente cercados por imensas plantações, como na “leitura espacial” feita por Maria Aparecida de Moraes Silva:

A homogeneidade espacial foi produzida em função da destruição (muitas vezes utilizando-se máquinas) das casas dos ex-colonos, parceiros, sitiantes, dos engenhos e até mesmo de antigas usinas. À “leitura espacial” de antes, seguiu-se uma outra “leitura” definida pelas imensidões dos canais entrecortados pelos laranjais, cafezais, algodoais, onde, segundo um antigo morador “até mesmo os pássaros foram embora”, e pelas cidades dos trabalhadores rurais. Estas assemelham-se a cidades fortificadas. Ao invés das pedras, o verde destes produtos constitui-se em suas próprias muralhas, em seus próprios limites (SILVA, 1993; p. 31)

Porém, Silva (1993) vai além e distingue três tipos de pequenas cidades de trabalhadores rurais. Numa primeira, haveria a cessão direta de moradia aos trabalhadores pela empresa, formando quase que uma vila de operários cativos, como em Santa Ernestina/SP. Numa segunda, haveria a referida divisão entre centro e periferia, como em Altinópolis/SP e Serrana/SP, com os trabalhadores confinados mais às vilas e bairros periféricos. Por fim, haveria aquelas em que, além da distinção mencionada, estas vilas e bairros apresentariam um processo de favelização, “caracterizadas pela falta de infraestrutura urbana: rede de esgoto, ruas asfaltadas, etc.” (SILVA, 1993; p. 31), como em Guariba/SP. Diferenciações internas ao assim chamado tecido urbano que, guardadas as devidas proporções, emergem simultaneamente em contexto metropolitano, uma vez que as formas de apropriação na metrópole, bem como nas cidades locais e médias, dão-se de forma bastante desigual. A desigual apropriação do espaço urbano e o recente espraiamento dessas cidades permite a constatação de “áreas luminosas” (ELIAS, 2003) nas quais reluz os sistemas de objetos que cumprem as funções primordiais da reprodução ampliada do capital agroindustrial articuladas àquelas “opacas” em que se reproduz boa parte de sua população, acionando e reproduzindo o circuito inferior da economia (SANTOS, 2008b).

Os bairros de trabalhadores rurais que primeiramente se formaram nos arredores dos centros antigos daquelas cidades muitas vezes derivaram de loteamentos de sítios e fazendas que aproveitaram o processo de transformação das relações sociais de produção. Foram frutos, portanto, do processo de migração de trabalhadores que deixaram de ser colonos e camaradas das fazendas antes cafeeiras. A infraestrutura desses loteamentos, como indica o trabalho de Silva (1993), variou, embora tenha normalmente sido bastante deficiente, ao menos num primeiro momento. As condições de trabalho e de remuneração que passaram a enfrentar esses moradores também contribuíram para a constituição de moradias precárias e um comércio informal. Nesse sentido, o processo já discutido acerca das temporalidades distintas implicadas na apropriação do espaço urbano constituinte da metropolização de São Paulo parece, portanto, guardar certas semelhanças com as cidades médias. Estaríamos frente, portanto, a uma produção do espaço que, no conjunto e simultaneamente, poderia ser compreendida como parte de uma “urbanização crítica” (DAMIANI, 2004).

Loteamentos Atuais no Contexto da Crise e da Financeirização da Sociedade: Crise da Citricultura e do Trabalho na Urbanização Crítica

A não simultaneidade até então apresentada entre a produção do espaço nas cidades do interior do estado, assim como no processo de metropolização de São Paulo, clivadas pelas distintas formas de apropriação da terra e relações de produção, deve ser agora discutida a partir do processo de uma relativa homogeneização da mobilidade do trabalho em crise.

Se, no processo de expansão da cafeicultura, esteve em jogo a criação das condições necessárias à plena realização da mobilidade do trabalho, donde o sistema de colonato não somente atendia aos desígnios da produção da mercadoria café, mas funcionava como o celeiro das forças de trabalho que seriam depois integradas ao movimento de reprodução ampliada do capital urbano-industrial e simultaneamente como cativo das mesmas num contexto de ausência de superpopulação relativa em São Paulo, a constituição do complexo agroindustrial atualmente parece funcionar, segundo Oliveira supunha, a partir da crise da região do colonato, como uma dentre tantas “zonas de localização diferenciadas de atividades econômicas” (OLIVEIRA, 2008, p. 76 – grifo do autor) que compõem o território do Estado nacional.

Ainda que tal atividade, no caso da agricultura paulista, seja apenas hegemônica e não exclusiva, especialmente frente aos desdobramentos críticos da reprodução do capital, como veremos mais à frente. Ou seja, aquilo que sugerimos anteriormente como o espelhamento entre metrópole e cidades interioranas, se observado do ponto de vista das relações de produção em homogeneização, deve ser, por outro lado, compreendido tendo em vista a diferença que se estabelece com a metrópole de São Paulo a partir da especialização produtiva à qual tantas cidades dos agronegócios do estado adquiriram.

Ainda assim, o processo que nos interessa apresentar e discutir aqui, tendo em vista a conclusão deste artigo, responde a um movimento mais amplo que incide sobre a reprodução social total, não obstante as formas particulares que adquire em cada setor da produção de mercadorias. Falamos aqui do processo de crise do trabalho como

fundamento e mediação fetichista da reprodução social. Portanto, seja no complexo agroindustrial, seja nas mais diversas indústrias territorializadas na metrópole paulistana, o que sugerimos aqui é uma compreensão do fundamento da crise como oriundo da própria modernização dos processos produtivos. No caso da agricultura, retomando os termos de Lencioni (1985), a intensificação do capital ocorrida a partir dos anos 1960 representou mais do que a proletarianização do trabalhador rural, ao que se ateve aquela autora. Indicamos (BOECHAT, 2013) que esse processo condizia com um aumento da composição orgânica dos capitais, em que a parte constante dos mesmos se tornava relativamente superior à variável, aquela que valoriza o valor pelo trabalho não pago, produzindo mais-valia. Com isso, a tendência seria de se reduzir a base da valorização perante o montante do capital mobilizado, ainda que, contraditoriamente, a quantidade de mercadorias e a massa de lucro pudessem estar aumentando.

Desse movimento crítico geral, tinha-se particularmente na história da agroindústria paulista a observação de um processo de centralização de capitais, sobretudo no setor industrial. Por outro lado, a mecanização e o uso de insumos modernos aumentavam os custos de reprodução do setor agrícola, ao passo que eliminavam relativamente a necessidade de emprego extensivo de força de trabalho em diversos elos da produção. Enfim, o desdobrar de uma “tendência de queda da taxa de lucro” (MARX, 1986) se contrapunha a diversos mecanismos de monopolização postos em prática e se camuflava perante outros de financeirização e de incentivo estatal.

No caso da citricultura, ainda que sua crise tenha se apresentado a partir dos anos 1980, parece ter sido adiada pela constituição de mecanismos de regulação que permitiram uma relativa divisão mais aceitável das massas de lucros entre citricultores e indústrias, num contexto de altos preços internacionais do suco concentrado, em muito ajudado pelas condições de produção paralelas na Flórida-EUA. Simultaneamente, em contexto metropolitano eram dados os primeiros sinais de uma experiência de desemprego entre as novas gerações de trabalhadores disponíveis em São Paulo, migrantes ou mesmo filhos/as das famílias dos trabalhadores e autoconstrutores das primeiras periferias de São Paulo. Momento diante do qual Oliveira afirmará que a “tendência à formalização das relações sociais estancou” (2003, p. 145). Processo que, não à toa, coincidirá com a eclosão de diversas favelas territorializadas pelo território paulistano⁹, inclusive em áreas verdes dos próprios loteamentos periféricos (cf. GIAROTTI, 2012).

Nos anos 1990, entretanto, com a diminuição do aporte financeiro do sistema de crédito rural subsidiado e com o acirramento da monopolização industrial,¹⁰ a crise se expressaria de maneira mais violenta, no que denominamos de “espetáculo da autodestruição do complexo citrícola” (BOECHAT, 2013, cap. 3). Essa concepção catastrófica se deveu muito a um processo de aumento de custos e diminuição de preços finais, controlados pelos monopólios estabelecidos. Assim, desde então, numerosos pequenos sítiantes e mesmo produtores de médio porte têm abandonado a atividade, afetando potencialmente o nível de acumulação de capital do setor.

Por sua vez, do ponto de vista do trabalhador, após um primeiro momento de desregulamentação dos contratos de colheita da laranja, delegados a falsas cooperativas de colhedores, durante os anos 1990, teve-se nos anos 2000 um maior controle estatal

sobre os termos desses contratos, firmados a partir de então entre citricultores e trabalhadores, organizados geralmente em turmas (ver BAPTISTELLA, 1998; PAULILLO, 2006). Por mais que esse controle, feito principalmente pelo Ministério Público do Trabalho, represente a retomada parcial de direitos assegurados pela legislação trabalhista, a decadência de pomares e a saída de fazendeiros e sítiantes da citricultura tem diminuído postos de trabalho e piorado as condições dos que restam. Por sua vez, os primeiros sinais de desemprego em São Paulo ganharão dimensões extraordinárias na década de 1990, promovendo uma explosão dos índices de violência urbana, assim como da territorialização do tráfico de entorpecentes nas favelas e nas periferias. Por outro lado, a crescente territorialização das favelas vai ganhando contornos de consolidação efetiva no tecido urbano, sendo paulatinamente aprovencionadas legalmente pelos serviços de energia elétrica, saneamento básico, asfaltamento, tv a cabo, etc., o que não vem a significar uma conquista efetiva do “direito à cidade” em curso. Pelo contrário, o que parece estar ocorrendo é uma admissão pública sub-reptícia do confinamento dos habitantes dessas favelas a essas territorialidades. Voltaremos à isso.

Já em Bebedouro/SP, a antiga “capital da laranja”, a crise do trabalho se apresenta localmente para os trabalhadores antes engajados no complexo agroindustrial citrícola, tendo como agravante, ainda, a intensa mecanização da lavoura canavieira, observada na última década, diminuindo uma potencial alternativa de emprego. Portanto, o cenário da urbanização de Bebedouro, que inclui a constituição de novos loteamentos, assim como a reprodução social dos antigos bairros de boias-frias e de trabalhadores em geral dessas cidades, vem se estruturando em torno de uma reprodução do trabalho que se repõe de maneira cada vez mais crítica, impondo também a esses trabalhadores arquitetar novas estratégias de sobrevivência que não mais incluem de maneira necessária o assalariamento na agroindústria, seja citrícola ou canavieira.

Entretanto, a correlação sugerida aqui entre os desdobramentos da crise do trabalho, observadas do ponto de vista do desemprego estrutural vivido pelos trabalhadores e trabalhadoras, seja em São Paulo ou Bebedouro, poderia sugerir um correlação imediata entre ausência de trabalho e dinheiro resultando numa precarização crescente e absoluta das condições de moradia e reprodução. O que não deixa de ser verificável, ainda que as políticas habitacionais implementadas desde 2009 pelo Programa Minha Casa Minha Vida, tanto em São Paulo como em cidades do interior paulista, pareçam inverter o sentido lógico do empobrecimento absoluto sugerido pelos desdobramentos postos pela crise do trabalho. Vejamos.

O aporte de crédito para financiar obras de grande envergadura, seja na forma de provisão de infraestrutura em bairros periféricos seja na produção das próprias moradias que atenderiam às famílias destes trabalhadores, como os Conjuntos Habitacionais, sugere uma generalização da produção do espaço antes restrita ao consumo das classes média e alta da sociedade.

Discutindo o Banco Nacional de Habitação (BNH) (enquanto um dos principais agentes financeiros da produção do espaço no contexto de modernização retardatária nacional), numa perspectiva que buscava discutir o processo de financeirização da economia nacional, Maria da Conceição Tavares (1972) afirmava que a constituição do mesmo se deu enquanto sub-sistema atrelado à Reforma Bancária e à reorganização da

Bolsa de Valores. Neste sub-sistema financeiro, em resposta à maneira como o capital financeiro especulava com títulos de propriedade de ações, o mercado de habitação tentaria promover a liquidez necessária para uma expansão da construção civil, o que de fato teria ocorrido. Tavares (1972), no entanto, via um mercado imobiliário voltado, principalmente, para o consumo das classes média e alta das grandes e médias cidades. Crítica também reafirmada por Lúcio Kowarick, em fins dos anos 1970, denunciando o fato do BNH atender apenas trabalhadores com faixas de renda a partir de 12 salários mínimos (KOWARICK, 1993, p. 70), reconhecendo aí um outro fator que determinaria a necessidade de adesão à autoconstrução pelos trabalhadores e suas famílias. Ou seja, se por um lado a superexploração do trabalho ocorrida no chão da fábrica e nos pomares e pastos impedia os trabalhadores de alcançarem rendimentos que os pudessem incluir como clientela dos serviços oferecidos pelo BNH, por outro a adesão à autoconstrução sinalizaria a não generalização dos mecanismos de crédito até então. Em vez da classe trabalhadora urbana participar como massa consumidora das políticas habitacionais, esta era incorporada, na promoção da urbanização, sobretudo como força de trabalho da construção civil (cf. DAMIANI, 1999), condição que inclusive retroalimentava a reprodução das relações sociais de produção desses trabalhadores por meio da reprodução ampliada de periferias (cf. GIAVAROTTI, 2012).

De maneira distinta daquela, o Programa Minha Casa Minha Vida ofereceu linhas de crédito a sujeitos interessados em comprar imóveis que incluiu grupos de trabalhadores com renda bruta de até R\$ 1.600,00, explicitando uma generalização do crédito que no contexto de modernização retardatária ainda não era possível. Não seria, assim, o caso de se perguntar se esta produção espacial da periferia, atrelada à dívida pública, não constitui expressão particular da financeirização da sociedade como um todo? Os próprios loteamentos de sítios e fazendas, bem como as violentas desapropriações de favelas em São Paulo, visando à construção de casas atreladas a tais linhas de crédito, mas não só, não seriam, ainda, expressões de uma reprodução crítica do capital (agro-)industrial, cujos rendimentos decrescentes tornam-se gradativamente menos interessantes frente à obtenção de rendas fundiárias capitalizadas por meio da venda e especulação de terra?

Considerações Finais

O processo descrito e discutido aqui exige, por fim, um repensar sobre a cisão cidade-campo. A ligação com uma vida rural aparentemente mais calma e em oposição à modernidade veloz e imponente das metrópoles é algo a ser repensado para as relações impostas pela modernização da agricultura às cidades do agronegócio. Transformadas para abrigar os trabalhadores egressos das fazendas, essas cidades adquiriram espaços periféricos, serviços diversos, pequenas e grandes indústrias e talvez um ritmo de vida semelhante ao observado nas metrópoles, a ponto de Sandra Lençoni concluir:

Essa paisagem urbana modificou-se radicalmente quando a intensificação do capital nas atividades agrárias prevaleceu significando a proletarização do tra-

balhador rural. Como decorrência, a relação entre agricultura e urbanização se traduziu na formação de periferias. (LENCIONI, 1985; p. 51)

O estudo de bairros de periferia das cidades do agronegócio remete, portanto, à necessidade de entendimento dessa intensificação do capital nas atividades agrárias, conduzindo às mudanças do urbano que vem se assemelhando às mudanças nas formas de reprodução social nas periferias de São Paulo.

A questão feita anteriormente acerca da importância do capital financeiro na reprodução social ganhou também destaque na reprodução imediata dos moradores das periferias, tanto das metrópoles quanto das cidades médias e pequenas, uma vez que a financeirização da vida social também encontra-se no polo do consumo pessoal e daquele do “empresariamento de si próprio” (KURZ, 2003). Em outras palavras, os trabalhadores e seus filhos e netos, assim como novos migrantes que vêm se territorializando nas periferias ou favelas já constituídas, vêm conseguindo acessar mercadorias que nunca estiveram em seus horizontes, como automóveis, computadores, eletrodomésticos, etc. Além disso, deve-se salientar o incremento de pequenos empreendimentos abertos pelos próprios moradores, que vêm reconfigurando os territórios periféricos, antes hegemonzados por práticas mais estritamente reprodutivas. Processo que inclusive vem modificando os circuitos de mobilidade espacial de seus moradores pela metrópole e também pelas cidades médias, podendo permanecer mais circunscritos aos próprios bairros, que agora concentram trabalho, consumo e moradia, configurando algo como um possível ensimesmamento das periferias e um deslocamento da relação entre centro e periferias, estas últimas se configurando crescentemente como centralidades da crise do trabalho. Neste sentido, o plano concreto do viver nesses bairros vem se articulando, contraditoriamente, cada vez menos com a personificação do trabalho nas lavouras e indústrias, e crescentemente com o comércio/serviços, e simultaneamente com a personificação diferenciada do consumidor de mercadorias, motivado por uma indústria cultural em extraordinária expansão, em relações constantemente permeadas por cisões de gênero e por outras diferenciações sociais (SCHOLZ, 2010).

Desta forma, a crise econômica e social que se generaliza, a partir de um fundamento de exclusão do trabalho vivo do processo de valorização do valor (KURZ, 1995), aponta para a constituição cotidiana de uma “urbanização crítica”, como sintetiza Damiani:

O mundo das massas despossuídas é a urbanização crítica. O mundo de uma economia que se realiza criticamente é a urbanização crítica. O urbano como centralidade de culturas, festas, desejos, encontros, necessidades, que é negado, é a urbanização crítica. O mundo do dinheiro, da equivalência, que, nos seus fundamentos e subterrâneos, move-se como relações de não equivalência, de exploração do trabalho, de expropriação de meios de vida e de produção, de embate entre formas do dinheiro – a do dinheiro como medida de valor e como meio de circulação, sintetizadas na forma do dinheiro como capital – é a

urbanização crítica. A tábula rasa da história, o seu varrer, a produção da obsolescência precoce dos produtos vários, incluindo a cidade, para afirmar novos produtos, é a urbanização crítica. (DAMIANI, 2004; p. 39)

O drama da vida cotidiana nessas condições, em particular para o caso dos bairros de boias-frias de cidades do agronegócio, assim como para os trabalhadores urbanos da metrópole, cativos da crise social que fundamenta aquela forma de urbanização crítica, motiva a perspectiva crítica deste artigo.

Trabalhadores de uma sociabilidade em crise, porém mobilizados tanto para um modo de vida urbano, como para seguir em busca da mediação tanto do dinheiro como do trabalho na reprodução de suas vidas; portanto, trabalhadores cada vez mais condizentes com a condição social em vias de generalização, a saber, a de serem “sujeitos do dinheiro sem dinheiro” (KURZ, 2000).

Referências Bibliográficas

BAPTISTELLA, Celma da Silva Lago. *Colhedores de laranja na indústria paulista*. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BOECHAT, Cássio Arruda. *O colono que virou suco: terra, trabalho, Estado e capital na modernização da citricultura paulista*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

_____. O conceito de “pioneiro” na Geografia, na contraposição de estudos sobre a expansão cafeeira e a citrícola. *Confins* [online], n. 21, 2014.

_____. *Região do colonato: mobilização do trabalho e autonomização do capital na área de Olímpia (1857-1964) do Oeste Paulista*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BRANT, Vinícius Caldeira. Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis. *Revista Estudos CEBRAP*, 19, n. 17, p. 37-91, 1976.

BRAY, Silvio Carlos. *A utilização da terra em Bebedouro e o papel atual da cultura da laranja*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1974.

CERON, Antonio Olivio. *Aspectos geográficos da cultura da laranja no município de Limeira*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1969.

CORREA, Roberto Lobato. Globalização e reestruturação da rede urbana – Uma nota sobre as pequenas cidades. *Revista Território*, ano IV, n. 6, p. 43-53, 1999.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

DAMIANI, Amélia Luisa. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, María Laura. *América Latina: cidade, campo e turismo*. 1. ed. São Paulo: CLACSO, 2006.

_____. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DELGADO, Guilherme Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 – 1985*. São Paulo: Ícone Editora e Editora da Unicamp, 1. ed., 1985.

D'INCAO, Maria Conceição. *O “Bóia-fria”: acumulação e miséria*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

ELIAS, Denise. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Cidades médias: espaços em transição*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. *Globalização e agricultura. A região de Ribeirão Preto – SP*. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 8. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2008.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Organização social do trabalho no período colonial. In: BARROS DE CASTRO, Antonio; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Trabalho escravo, economia e sociedade*. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional e Publifolha, 2000.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. 1. ed. Lisboa: Estampa, 1977.

GIAVAROTTI, Daniel Manzione. O jardim Ibirapuera, da imposição à crise do trabalho. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

KURZ, Robert. A ascensão do dinheiro aos céus – Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de casino e a crise financeira global, 1995. Disponível em: obeco.planetaclix.pt/rkurz101.htm. Acesso em: 2 jul. 2013.

_____. *O colapso da modernização*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. Acabou-se a brincadeira – a viragem do espírito do tempo ocidental: regresso da auto-responsabilização ao autoritarismo coercivo, 2003. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz135.htm>. Acesso em: 19 jul. 2015.

LANGENBUCH, Juergen Richard. Os núcleos de colonização oficial implantados no planalto paulistano em fins do século XIX. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 46, p. 88-106, 1971.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto – O município e o regime representativo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

LENCIONI, Sandra. Agricultura e urbanização: a intensificação do capital no campo e a nova relação rural urbano no estado de São Paulo. *Revista do Departamento de Geografia*, ano 4, n. 4, p. 41-51, 1985.

LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil: Sesmarias e terras devolutas*. 4. ed. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*. 1. ed. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. *O cativo da terra*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARX, Karl. *O Capital – crítica da Economia Política*. 1. ed. Livro I e III. São Paulo: Nova Cultural, 1985 e 1986.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. 11. ed. Campinas: Edunesp e Faccamp, 2009.

MARTINELLI JUNIOR, Orlando. O complexo agroindustrial no Brasil: um estudo sobre a agroindústria citrícola no estado de São Paulo. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

MILLIET, Sergio. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros do estado de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Hucitec e Polis, 1998.

_____. O estudo geográfico das cidades. In: *Novos estudos de Geografia Humana brasileira*. 1. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1957.

NEVES, Marcos Fava (Org.). *O retrato da citricultura brasileira*. 1. ed. Ribeirão Preto: Markestrat, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAULILLO, Luiz Fernando (coord.). *Agroindústria e citricultura no Brasil: diferenças e dominâncias*. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2006.

PRADO JR., Caio. Distribuição da propriedade fundiária rural no estado de São Paulo. *Revista Geografia*, AGB-SP, ano 1, n. 1, 1935, São Paulo.

_____. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000.

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. 1. ed. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2002.

RODRIGUES, A. M.; SEABRA, M. Habitação e espaço social na cidade de São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia da Associação dos Geógrafos do Brasil*, n. 64, 1986, p. 19-58, São Paulo.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2008a.

_____. *Espaço dividido*. São Paulo: Edusp, 2008b.

_____. *Por uma geografia nova*. São Paulo, Edusp, 2008c.

SCHOLZ, Roswitha. Forma social e totalidade concreta – Na urgência de um realismo dialético hoje. 2009. Disponível em: <http://o-beco.planetaclix.pt/roswitha-scholz12.htm>. Acesso em: 11 nov. 2013.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Urbanização e Fragmentação – Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do bairro do Limão*. Livre Docência. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004a.

_____. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. *Revista Cidades*, ano 1, n. 2, p. 181-206, 2004b.

SILVA, José Graziano da. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1981.

SILVA, Lígia Osorio. *Terras devolutas e latifúndio – efeitos da lei de 1850*. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. As cidades dos bóias-frias: o desdobramento do poder e controle da empresa. *Revista Travessia e Centro de Estudos Migratórios (CEM)*, ano VI, n. 15, p. 30-36, 1993.

SILVA, Paulo Fernando Jurado da; SPOSITO, Eliseu Savério. Pequenas cidades da região de Presidente Prudente: produção do espaço e redefinições regionais. *Revista Geografia em Atos*, v. 2, n. 7, p. 1-15, 2007.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O desafio metodológico da abordagem interescolar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo. *Revista Cidades*, v. 3, n 5, p. 143-157, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SPOSITO, Eliseu Savério. Reestruturação econômica, reestrutura urbana e cidades médias. Disponível em: <http://www.rii.sei.ba.gov.br/anais/g6/reestruturacao%20economica,%20reestruturacao%20urbana%20e%20cidades%20medias.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. A família que não é sagrada – sistemas de trabalho e estrutura familiar: o caso das fazendas de café em São Paulo. In: ALMEIDA, Maria Suely Kofes de et alli. *Colcha de retalhos – Estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro – Ensaio sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

VALVERDE, Orlando. Metodologia da Geografia Agrária. *CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária*, v. 1, n. 1, p. 1-16, 2006.

Recebido em: 17/6/2015 / Aceito em: 12/11/2015

¹ Certo é que o capital inglês, que financiava tal expansão, articulava-se com o capital conjugado das principais famílias de cafeicultores (cf. CARDOSO DE MELLO, 2009), determinando o direcionamento dessa expansão também pelas relações do coronelismo local e estadual. O coronelismo, desse modo, também representava a mediação que personificava a territorialização do capital financeiro na frente pioneira, algo que Raymundo Faoro (2008) ressaltou à sua maneira.

² Para um resgate da implantação dessas políticas, ver Cirne Lima (1990) e Costa (1998); e para uma crítica ao projeto de Wakefield, ver Marx (1985, cap. 25). Estas questões fundamentaram boa parte de nossas pesquisas até aqui, sendo apresentadas tanto em Boechat (2009) como em Boechat (2013).

³ Ver crítica ao dualismo em Oliveira (2003); porém, a primeira parte do terceiro capítulo de Boechat (2013) procura uma crítica diferenciada ao dualismo.

⁴ A própria industrialização nacional, por sua vez, dar-se-ia através da substituição de parte dessas importações (ver FURTADO, 2000; e TAVARES, 1972). Entre elas, a constituição de uma indústria nacional de tratores e de adubos representaria um primeiro passo para a industrialização da agricultura (DELGADO, 1985; GRAZIANO DA SILVA, 1981). Entretanto, apenas a partir da sistematização de um Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, a generalização do uso desses insumos poderia vir a ocorrer, com o Estado financiando o consumo produtivo dessas mercadorias, que aumentavam a composição orgânica dos capitais agrícolas (ver BOECHAT, 2013, cap. 3). Assim, a intensificação da produção agropecuária podia ter seus custos de reprodução rebaixados a ponto de se equiparar aos custos e rendimentos provenientes da forma extensiva de uso do solo e do trabalho, até então vigentes.

⁵ Mudanças na legislação trabalhista, com o Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, e na legislação de parcerias e do uso partilhado da terra, com o Estatuto da Terra, de 1964, completariam um quadro em que o colonato seria radicalmente transformado em seus fundamentos. O questionamento das terras, internas às fazendas, destinadas para uso dos trabalhadores acabaria por inviabilizar o esquema conjugado de reprodução desses.

⁶ Para o caso de áreas como as da chamada Alta Sorocabana, em torno de municípios como Assis-SP e Presidente Prudente-SP, autores como Brant (1976) e D’Incao (1979) indicariam um processo de transformação em que a crise da cafeicultura, sua substituição pela pecuária e pelo algodão, levavam à migração do campo para as cidades. A ausência de um simultâneo processo de industrialização nessas cidades, porém, fazia com que o engajamento dos trabalhadores mobilizados seguisse se dando, ainda, em atividades rurais ou esporadicamente no comércio e na construção civil. O mercado unificado de trabalho simples se dava, assim, de maneira bastante crítica.

⁷ O que não significa que os loteadores desses terrenos serão aqueles antigos colonos, sendo por vezes seus herdeiros, outros proprietários que compraram as terras da mão desses antigos colonos, etc. Para uma apresentação desse problema a partir da formação do loteamento periférico do Jd. Ibirapuera cf. Giavarotti (2012).

⁸ Para uma discussão sobre a problemática do caráter não tipicamente capitalista da autoconstrução cf. Giavarotti (2012).

⁹ “O contingente de favelados tem aumentado, tanto em números absolutos como em números relativos. Correspondia, em 1968, a 0,7% da população do Município; em 1972 a 1,2%, em 1975 a 1,6%, em 1980 a 4% (IBGE) ou a 10% (PMSP)” (RODRIGUES e SEABRA, 1986, p. 34).

¹⁰ A monopolização do setor de processamento do suco concentrado também fez por centralizar na mão de poucas empresas as indústrias existentes, levando ao fechamento de inúmeras plantas produtivas. Somente em Bebedouro, a fábrica da Cargill e a *packing-house* da Cutrale foram definitivamente fechadas, enquanto a da Louis-Dreyfus opera com capacidade reduzida.

